

Entenda como segue julgamento de Bolsonaro

Moraes encaminhou defesas prévias dos acusados à PGR

Por Karoline Cavalcante

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, encaminhou no último sábado (8) à Procuradoria-Geral da República (PGR) as defesas apresentadas pelos advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros denunciados no processo que investiga tentativa de golpe de Estado em 2022. Com isso, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, terá cinco dias úteis para analisar os argumentos das defesas.

Núcleo um

Até o momento, a PGR recebeu os documentos referentes aos envolvidos nos núcleos um (crucial) e três (execução). O núcleo um, que reúne membros do alto escalão do governo e das Forças Armadas responsáveis pelas decisões mais importantes, inclui o ex-presidente Jair Bolsonaro e os ex-ministros Walter Braga Netto (Casa Civil), Paulo Sérgio Nogueira (Defesa), Anderson Torres (Justiça) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional). As defesas dos integrantes do núcleo três, que trata da execução das ações, também foram encaminhadas. No entanto, ainda estão pendentes os documentos dos núcleos relacionados ao gerenciamento de ações e às operações de desinformação.

Entre os dias 6 e 7 de março, os advogados dos denunciados tiveram o prazo de 15 dias para



Bruno Peres/Agência Brasil

Defesa de Bolsonaro contesta presença de Moraes no julgamento

apresentar as defesas prévias. O ex-presidente Bolsonaro pediu uma prorrogação, mas o pedido foi negado por Moraes, relator do caso. A defesa argumentou que o prazo deveria ser estendido por 83 dias, tempo que a PGR levou para analisar o relatório da Polícia Federal e elaborar a denúncia.

Conforme antecipado pelo Correio da Manhã, os advogados de Bolsonaro também pediram que o julgamento fosse transferido para o Plenário do STF, com a participação dos 11 ministros da Corte, incluindo os indicados por Bolsonaro, André Mendonça e Cássio Nunes Marques. Além disso, a defesa pediu novamente o afastamento de Moraes do julgamento, alegando que, devido à sua suposta inclusão no planejamento de assassinato, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

e do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), ele teria se tornado parte do processo.

Próximos passos

Após a manifestação da PGR, a Primeira Turma do STF, composta pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux, decidirá se a denúncia será recebida. Segundo o advogado criminalista Carlos Dantas Filho, em entrevista ao Correio da Manhã, a expectativa é que o julgamento inicial ocorra entre o final de março e o início de abril.

Se a denúncia for aceita, inicia-se a instrução processual, momento em que os acusados se tornam réus penais. “Serão ouvidas as testemunhas arroladas pela defesa e pela acusação, e as provas serão coletadas, se necessário”, explicou Dantas Filho.

Caso a Primeira Turma entenda que não há fundamentos suficientes para que os acusados respondam pelos crimes, o caso será arquivado. “É o mesmo procedimento de um julgamento comum, mas aqui, a decisão cabe a uma turma, não a um único juiz”, disse a mestre em direito penal Vanessa Avellar Fernandez à reportagem.

Por fim, a especialista em advocacia criminal Karolyne Guimarães explicou que, se houver condenação, o cumprimento da pena poderá começar antes que a sentença transite em julgado, “incluindo a decretação da prisão preventiva”, se necessário.

Embora não haja um prazo definido para o desfecho do caso, a expectativa é que o Supremo Tribunal Federal busque evitar que a situação não se estenda até 2026, ano eleitoral.

Medidas para baratear preços parecem insuficientes

Por Gabriela Gallo

Após o governo federal anunciar seis medidas para baratear os preços dos alimentos, a expectativa é se as alternativas propostas pela equipe econômica do Executivo irão, de fato, serem efetivas. Na noite de quinta-feira (6), o governo anunciou a isenção tributária de importação de nove produtos (carne, café, açúcar, milho, óleo de girassol, azeite de oliva, sardinha, biscoitos, massas alimentícias), além de aumentar a cota de importação do óleo de palma de 65 mil toneladas para 150 mil toneladas.

Dentre as outras medidas, foi anunciado o fortalecimento dos estoques reguladores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); a prioridade para os alimentos da cesta básica no próximo Plano Safra; o lançamento de um programa de publicidade dos melhores preços; e a negociação com governadores para isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de produtos da cesta básica. Finalmente, na intenção de trazer mais competitividade e redução de custos no setor de proteína animal, o governo ainda propõe a ampliação do número de municípios com processo de inspeção do abate de animais dentro do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA), de 1,5 mil para 3 mil cidades no país.

Nesta sexta-feira (7), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não descartou a possibilidade de serem aplicadas ações “mais drásticas”, caso as seis medidas anunciadas pelo governo falhem. “A gente não quer brigar com ninguém, a gente quer encontrar uma solução pacífica [para reduzir os preços dos alimentos], sem nada. Mas, se a gente não encon-



Tânia Régio/Agência Brasil

Especialistas duvidam da eficácia das medidas

trar, a gente vai ter que tomar atitude mais drástica porque o que interessa é levar a comida barata para a mesa do povo brasileiro”, declarou durante evento em Campo do Meio (MG).

Ineficiente

Todavia, as alternativas propostas pelo governo aparentam ser insuficientes, na avaliação de especialistas. Em uma nota publicada nesta sexta-feira (7), a Frente Parlamentar de Agropecuária (FPA) classificou as ações como “pontuais e ineficazes”, alegando que o principal fator inflacionário não é a oferta de alimentos, mas sim o desequilíbrio fiscal, que impacta diretamente os custos de produção no Brasil.

Ao Correio da Manhã, o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Ibré André Braz destacou que as medidas anunciadas não serão suficientes para “fazer os preços baixarem, mas sim para fazer com que a inflação suba mais lentamente”.

“A ideia é aumentar a concorrência. Se o imposto de importação fica zerado, isso faz com que produtos importados entrem no Brasil concorrendo com os nacionais, e essa concorrência pode limitar o aumento de preços. Mas fazê-los cair ou mesmo

devolver a inflação acumulada no curto prazo, eu acho mais difícil. Acredito que deva mitigar um pouco o problema, mas não vai resolver”, afirmou o economista.

A diretora de Estratégia e Inovação da BMJ Consultores Associados, Ana Paula Abritta, concorda que a efetividade das medidas é “questionável”, visto que alguns dos produtos anunciados que terão isenção tributária “têm baixa relevância na composição do IPCA, baixa concentração de importados no mercado interno e sofrem com a alta dos preços no mundo todo”.

“O anúncio de medidas como essa serve muito mais para justificar eventuais ações de combate da inflação por parte do governo, do que propriamente trazer mudanças estruturais com efetivo impacto econômico para a resolução desse problema que tem ajudado a corroer a aprovação do governo nos últimos meses”, ponderou Abritta.

Na mesma linha, o cientista político e gerente de Inteligência Política na ALLIA Diplomacia Corporativa, Gabriel Lepletier, reitera que as medidas são positivas para a imagem do presidente Lula, mas insuficientes para resolver o problema da inflação. “No lado econômico, pouco vai

influenciar o preço dos alimentos. Produtos como a carne e o café, por exemplo, terão a tarifa de importação zerada. Mas quem são as pessoas no Brasil que consomem carne importada e café importado? São as pessoas no Brasil que não vão sofrer com a oscilação de preços. Então, os mais pobres, na prática, não vão se beneficiar dessas isenções”, destacou o cientista político.

Câmbio

“Um outro ponto importante é que, com o governo dando isenção, ele está deixando de arrecadar. E se o mercado [financeiro] olha para isso, um governo que já está na corda bamba no sentido de pressão em equilibrar as contas, os investidores internacionais tiram o dinheiro do Brasil. Com isso, o dólar encarece e aí volta em um ciclo vicioso, que pune os mais pobres”, completou Gabriel Lepletier.

Diante disso, o economista André Braz reforça que a valorização da moeda brasileira é uma alternativa mais efetiva no combate contra a inflação, por ser uma medida que mira no médio a longo prazo. “[A redução de impostos de importação] é uma medida que vai na contramão da expectativa, porque o que se espera é que o governo faça uma melhor gestão do dinheiro público, no sentido de reduzir a dívida pública. Isso aumenta a segurança, diminui as incertezas em torno da economia brasileira, o que pode fazer com que o real não desvalorize tanto em comparação ao dólar. Quando a nossa moeda se fortalece, isso também evita uma maior inflação entre alimentos e outros itens fora do grupo alimentação. Então, de um modo geral, um câmbio valorizado pode fazer com que a inflação se reduza de maneira mais abrangente”, afirmou.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Alexandra Martins/Câmara dos Deputados

Bolsonaro criticou quem chamava o STF de ditador

Bolsonaro apoiou penas com base no domínio do fato

Em discursos no plenário da Câmara, o então deputado Jair Bolsonaro comemorou a condenação e a cassação dos mandatos dos petistas José Dirceu e José Genoíno, acusados com base na teoria do domínio do fato.

Mas, em documento apresentado ao Supremo Tribunal Federal, a defesa do ex-presidente acusou a Procuradoria-Geral da República de, a exemplo

do que diz ter sido feito no Mensalão, usar de maneira errada a mesma teoria — agora, para tentar condenar Bolsonaro.

Advogado do ex-presidente, Celso Vilardi chegou a citar uma entrevista de 2012 do jurista alemão Claus Roxin, principal desenvolvedor da teoria, em que ele critica a forma com que o conceito foi usado pela PGR e acatado pelo STF no Mensalão.

‘São Joaquim’

Em 2012, Bolsonaro elogiou a atuação do STF no caso, falou na necessidade de se respeitar o Poder Judiciário e parabenizou o relator do processo do Mensalão, ministro Joaquim Barbosa, “por sua independência”. Chegou a chamá-lo de “São Joaquim Barbosa”

Ditadura

Em defesa do STF, criticou os que acusavam o uso do domínio do fato no Mensalão: “Quando o Supremo vota alguma coisa que interessa ao PT, isso é justiça, e, quando não interessa, é ditadura”. Depois, na Presidência, Bolsonaro falaria em ditadura do Judiciário.



Diógenis Santos/Câmara dos Deputados

Antes de ser preso, Genoíno operou o coração

Deputado criticou quem tinha ‘peninha’ de Genoíno

O então deputado disse esperar que Dirceu e Genoíno fossem presos. Chegou a ironizar o empenho do governo petista em libertar Cesare Battisti — condenado por terrorismo na Itália.

Para ele, Lula e Dilma Rousseff fizeram isso “para que sobrasse mais espaço na Papuda para bem acolher José Genoí-

no e José Dirceu”.

Em novembro do ano seguinte, Bolsonaro voltou à tribuna para criticar os que defendiam a concessão de prisão domiciliar para Genoíno, que se entregara dias antes. Em julho, o petista sofrera uma cirurgia para corrigir um problema na parede da aorta. “O PT está com peninha dele”, discursou.

Sem provas

No Mensalão, o STF aceitou a tese de que, mesmo sem provas, seria possível condenar pessoas que tivessem ligações públicas e notórias com determinados fatos. Na entrevista, porém, Roxin ressaltou que apenas a posição hierárquica não pode ser usada em condenações.

‘Vácuo’

Na defesa, Vilardi nega a existência de evidências entre Bolsonaro e o 8 de Janeiro. Afirma que um “vácuo probatório” faz com que a denúncia “busque criminalizar” a atividade do ex-presidente. Ressalta que, naquele dia, seu cliente estava nos Estados Unidos.

Precedente 1

Acusada de preconceito e de desrespeito cultural por ter punido o samba da Unidos de Padre Miguel por “excesso de termos em iorubá”, a julgadora Ana Paula Fernandes tem um precedente histórico. O caso ocorreu em 1972 e vitimou a Unidos de São Carlos, hoje, Estácio.

Precedente 2

A julgadora Marília São Paulo Costa deu nota 3 ao samba enredo — na época, a máxima era 5 —, ao apontar um erro de português no refrão do samba: “Você me chamou de moleque/ Moleque é tu”. Não sabia que os versos eram inspirados em canção de rodas de capoeira.